
Carla Baptista e Cláudia Henriques

O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo

O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo

The Oporto Bishop case in the Portuguese press (1958-1974): a resistance episode from journalists during Marcelo Caetano rule

Carla Baptista (FCSH – Universidade Nova de Lisboa / CIC.Digital)
carlamariabaptista@gmail.com

Cláudia Henriques (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / CIC.Digital)
claudia.henriques@sapo.pt

Resumo

Este artigo analisa a cobertura jornalística do regresso do exílio de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto entre 1952 e 1982. A divulgação pública de uma carta a que D. António chamou um “pró-memória”, destinada a preparar uma audiência apazada com o presidente do Conselho, abriu um conflito com Salazar e ditou o seu afastamento compulsivo do país, em 1959. O Bispo, que nunca renunciou à governação da diocese nem foi afastado pela Santa Sé, retomou as suas funções em 1969, durante o mandato de Marcelo Caetano. O regresso colocou fim ao silêncio que durante dez anos rodeou a sua figura e acrescentou à natureza política e religiosa do processo uma dimensão jornalística singular. A partir da análise de documentação depositada nos arquivos Salazar, PIDE/DGS, Marcelo Caetano e Direcção Geral dos Serviços de Censura, procuramos articular as dinâmicas de cobertura jornalística das diferentes fases do “caso Bispo do Porto”, focando especialmente o noticiário produzido em 1969, com as transformações ocorridas no campo do jornalismo.

Palavras-chave: Igreja Católica; Estado Novo; Bispo do Porto; Jornalismo; Censura.

Abstract

This article analyses the press coverage about the return from exile of D. António Ferreira Gomes, bishop of Oporto between 1952 and 1982. The unauthorized wide spreading of a private letter of D. António to Salazar, aimed to prepare a future audience, opened a conflict with the regime and determinates the expulsion from the country in 1959. The bishop returned from exile in 1969, under the new rule of Marcelo Caetano and as a result of some political openness. The intense press coverage ended the ten years silence around this case, adding a journalistic dimension to an event that is mostly studied under the frame of the history of religion. Through the analysis of documentation kept in the archives of PIDE (former political police) and the General Directorate of Censorship, we will articulate the dynamics and trends of the different press coverage phases with the transformations taking place in the journalistic field during the transitional period of Marcelismo.

Keywords: Catholic Church; New State; Oporto's Bishop; Journalism; Censorship.

Exílio e regresso do Bispo do Porto: dez anos de história

O caso do Bispo do Porto é um dos episódios mais marcantes das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo, no período correspondente à última década de governação salazarista. Embora esteja bem documentado por investigações anteriores (Cruz, 1998; Matos, 1999; Barreto, 2003; Revez, 2009; Simpson, 2014), a sua natureza complexa e abrangente, envolvendo as vertentes religiosa, diplomática e política, tem permitido, a cada nova indagação, a revelação de aspectos inéditos. Apesar de a imprensa ser, nos trabalhos citados, uma fonte de informação importante, nenhum dos investigadores anteriores a elegeu como objecto principal da pesquisa. É isso que nos propomos fazer neste artigo, numa perspectiva comparativa (entre os diversos jornais) e transdisciplinar (cruzando a história do jornalismo com a história social e política do país).

A análise de peças jornalísticas oriundas de uma multiplicidade de fontes, desde jornais regionais, nacionais, clandestinos e estrangeiros, bem como de materiais depositados nos arquivos, relativos a matérias que nunca foram publicadas, ou sofreram mutilações graves devido à acção da Censura, acrescenta enorme riqueza ao olhar sobre este caso. A investigação já realizada reforça a centralidade deste longo processo para o entendimento das relações entre imprensa e poder durante a fase final do salazarismo e o início do marcelismo. Iremos concentrar a análise no "epílogo", situado entre 1969 (regresso do exílio) e 1974 (fim da ditadura do Estado Novo).

O percurso de D. António Ferreira Gomes entre 1958 e o 25 de Abril acompanha as mudanças mais significativas que ocorreram nas relações entre o poder e a imprensa, na transição do

salazarismo para o marcelismo. No final da década de 60 do século XX, os jornalistas portugueses estavam mais politizados, eram maioritariamente hostis ao regime, praticavam menos a autocensura e procuravam explorar todas as histórias potencialmente incómodas para o governo. O regresso de um bispo exilado por ter desafiado Salazar era uma dessas histórias. A análise comparada dos materiais de imprensa publicados em 1958 e em 1969 demonstra como o alinhamento ou o controle editorial dos jornais existente no primeiro período já não existia em 1969. Em Julho de 1959, a saída para o exílio, a pretexto de uma viagem “em gozo de férias” que o próprio supunha ser temporária e que veio a durar dez anos, foi totalmente silenciada pela acção da censura. O quadro hegemónico que permitiu “apagar” do espaço público, sem explicações oficiais, o bispo que presidia à diocese mais importante do país, em termos do número de católicos praticantes, já não se verifica em 1969.

Entre Setembro de 1958 e Outubro de 1959, ocorreu, nas palavras de Luís Salgado Matos (1999), uma “campanha de imprensa” usada como instrumento político contra D. António Ferreira Gomes. Em 1969, verificou-se o oposto: uma campanha de imprensa contra o regime e, mais particularmente, contra a censura à imprensa. Na primeira fase, foram mobilizados os jornais oficiais, designadamente o *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional e *A Voz*, diário monárquico e católico. A posição do diário *Novidades*, propriedade da União Gráfica e jornal oficioso do Episcopado, revestiu-se de alguma ambiguidade. Numa disputa que Salazar radicalizou, multiplicando as iniciativas diplomáticas junto da Santa Sé no sentido de forçar a saída do Bispo e resistindo a todas as tentativas de conciliação que emanaram da hierarquia religiosa, o Patriarcado ficou dividido: entre a lealdade e a proximidade ideológica com o regime e o imperativo de salvaguardar a autonomia da igreja em matéria tão sensível como o afastamento de um prelado.

O jornal *Novidades*, dirigido pelo padre Avelino Gonçalves mas sob influência directa do Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, comportou-se, neste caso como nos restantes episódios de maior tensão que emergiram entre a Igreja e o Estado Novo (designadamente, as críticas de sectores católicos relacionadas com presos políticos, guerra colonial e direitos políticos), da forma habitual: registando e silenciando. Embora não tenha sido eco da indignação que a decisão de exilar D. António Ferreira Gomes provocou em muitos dos seus apoiantes, em 1969 o *Novidades* é amistoso com o bispo e fornece detalhes informativos preciosos para entendermos o contexto diplomático complexo em que ocorre a retoma integral de funções na diocese do Porto (uma operação que obrigou a afastar D. Florentino de Andrade Silva, Bispo Auxiliar do Porto desde 1954, nomeado Administrador Apostólico entre 1959 e 1969).

No seu livro de memórias¹, o padre Luís de Azevedo Mafra, antigo assistente de movimentos de Acção Católica no tempo do Cardeal Cerejeira, sintetiza a atitude dominante da Igreja: "O *Novidades* poderia satisfazer o 'establishment' católico; não satisfazia, porém, os que queriam mais objectividade, independência e renovação. No aspecto político, seguia a linha conformista, senão apoiante do regime, da Igreja portuguesa. Era o que muitos católicos, inclusivamente padres, por esse país fora apreciavam."²

Este caso é exemplar do pragmatismo que Salazar imprimiu às relações do Estado com a Igreja Católica (Cruz, 1998; Simpson, 2014). O Vaticano estava consciente desta posição, como atesta a "informação confidencial" de Ramiro Valadão, deputado da União Nacional, para o presidente da comissão executiva do partido único, João Pinto da Costa Leite, em 28 de Fevereiro de 1958, transmitida dias depois a Salazar. Valadão actua como informador e dá conta de uma conversa privada mantida com um muito céptico Monsenhor Luigi Gentile, auditor da Nunciatura em Lisboa: "Monsenhor pensa sobre Salazar que raramente o católico influenciou o estadista – foram 30 anos de opressão antes de 1926, seguidos de 30 anos de omissão."³ A catolização formalmente consagrada em 1940 com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé foi gradual e cautelosa. A estratégia de Salazar visava tanto a eliminação dos obstáculos políticos herdados da I República (o sentimento laico e anticlerical) como a preservação do poder do Estado contra quaisquer influências, designadamente a religiosa. Uma das pedras de toque da sua governação, que está na base do conflito com o Bispo do Porto, foi impedir a politização da Igreja e garantir que a militância religiosa permanecia estritamente espiritual.

O sucesso desta estratégia dependia da neutralização do conflito institucional ou, pelo menos, da sua invisibilidade na esfera pública. O controlo da imprensa, bem como de outros espaços de debate e reflexão susceptíveis de gerar visões diferentes, revelou-se um instrumento fundamental da política de informação do Estado Novo. Nem sempre foi possível garantir a total opacidade dos assuntos, mas os mecanismos discursivos de que Salazar dispunha para afastar os adversários (não falamos aqui da violência exercida pela polícia política) sempre foram eficazes. Um deles era, precisamente, a mobilização dos jornais oficiais (*Diário da Manhã*) e oficiosos (*Diário de Notícias*), bem como da *Emissora Nacional* e da *RTP*, seja pela campanha panfletária, seja pelo silenciamento, contra as vozes discordantes.

Em 1969, o inesperado aconteceu: aquilo que Salazar mais temia, e Marcelo Caetano prolongou como princípio – o escândalo público –, aconteceu. A mediatização em torno do retorno do Bispo tornou impossível o apagado retomar de funções desejado pelo chefe de

¹ MAFRA, Luís de Azevedo (1997): Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.

² Citado pelo jornalista António Marujo em artigo do jornal Público, disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/jornal/catolicos-sustentaram-o-estado-novo-132493>.

³ AOS, PC-51-1, Caixa 564, Pasta 1.

governo. Embora Marcelo Caetano tenha cedido às pressões de católicos influentes e próximos do regime, permitindo a vinda do prelado, como aliás de outros exilados (entre eles, Mário Soares, Maria Lamas, António H. de Oliveira Marques, António José Saraiva), a correspondência depositada no seu arquivo pessoal demonstra como esperava que D. António fosse discretamente para Fátima, aguardando serenamente, e longe do Porto, as diligências da Santa Sé, uma vez que o acordo do Governo com a Santa Sé, a atestar a destituição de D. Florentino, aguardava formalização: “V.^a Ex.^a Revm.^a pode vir para Fátima, como deseja, quando quiser. Peço-lhe porém que não se dirija ao Porto enquanto a Santa Sé não resolver a situação do Administrador Apostólico.”⁴

D. António entrou em Portugal a 18 de Junho de 1969, atravessando a fronteira do Caia, vindo de Salamanca, onde passara os últimos dias (alojado em instalações católicas na aldeia de Alba de Tormes) aguardando o levantamento da interdição de entrada. Dirigiu-se efectivamente para Fátima, com hospedagem prevista na Casa das Dominicanas. Mas “aterrou” em cheio em pleno retiro espiritual do Episcopado português, um encontro que reunia o Cardeal Patriarca de Lisboa, arcebispos, bispos residenciais e bispos auxiliares, cuja data não ignorava, embora não tenha sido possível apurar se premeditou a vinda para nele poder participar. Em Fátima é aguardado por vários jornalistas, entre os quais Mário Ventura Henriques, do *Diário Popular*, e Luís Rosa Duarte, de *O Século*, sendo entrevistado e fotografado. No dia 20 de Junho os jornais noticiam o regresso do bispo na primeira página. As notícias geram uma onda mediática, com praticamente todos os jornais generalistas, em particular os sedeados no Porto (sobretudo *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*) a acompanharem de forma emotiva o reencontro com a família, amigos e paroquianos na aldeia natal de Milhundos, perto de Penafiel. O frenesim em torno do bispo é contínuo. Podemos dizer que esteve sempre sob dois holofotes até 1974: o da PiIDE, que continuava a segui-lo, a espiar-lhe a correspondência e a produzir relatórios semanais sobre a sua rotina; e o dos jornalistas, que acompanhavam as suas actividades (homilias, palestras, reuniões), na esperança de novas declarações bombásticas.

A análise dos arquivos da Censura relativos ao bispo do Porto não deixa dúvidas sobre o zelo com que as tentativas de contar a sua história anteriores a 1969 foram manietada pelos censores. Este quadro permite lançar a seguinte interpelação: se, na sua essência, os termos da relação entre regime e imprensa não se tinham alterado, quais são os factores que ajudam a explicar a inédita mobilização dos jornais, que representou um desafio à Censura?

Um caso nascido e criado pela imprensa

⁴ AMC, Caixa 29, Correspondência/ Igrejas/ D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, n.º 5 [Carta de Marcelo Caetano a D. António Ferreira, datada de 12/06/1969]

O “pró-memória” de 13 de Julho de 1958, que D. António faz divulgar antes da audiência com Salazar, enviando cópias para os padres diocesanos, ocorre num momento traumático para o Estado Novo: o pós “terramoto delgadista” (Rosas, 2012: 236), para usar uma expressão de Fernando Rosas que caracteriza o susto que o regime apanhou com as eleições presidenciais de 1958, disputadas entre o candidato oficial, almirante Américo Tomás, e o candidato da oposição, general Humberto Delgado. Além deste *timing* sensível, a longa missiva continha matéria explosiva já que o Bispo interpela Salazar acerca da possibilidade de um futuro movimento (não chega a dizer partido) político católico:

Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja autorize, aconselhe e estimule os católicos a que façam a sua formação cívico-política, de forma a tomarem plena consciência dos problemas da comunidade portuguesa, na concreta conjuntura presente, e estarem aptos a assumir as responsabilidades que lhes podem e devem caber, como cidadãos católicos?;

Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos, se assim o entenderem e quando entenderem, iniciem o mínimo de organização e acção políticas, a fim de estarem aptos, nas próximas eleições legislativas ou quando julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio, com programa definido e com os candidatos que preferirem?⁵

A opinião pessoal de D. António sobre o regime (não era um simpatizante, é duvidoso que tenha chegado a ser um opositor) não motivou o seu afastamento. O que Salazar temia e não podia tolerar era o risco que ele representava de alavancar um movimento político católico de oposição, algo que já existira no passado – através do Centro Católico Português, onde Salazar chegou a ser eleito deputado, por Guimarães, em 1921, embora tenha sido um “deputado absentista” (Barreto, 2013) –, e era uma vontade latente em muitos dos leigos membros da sucessora Acção Católica Portuguesa. Não tendo nunca chegado a responder formalmente às perguntas do Bispo do Porto, Salazar espalhou de forma determinante a sua mensagem pelas autoridades eclesiais portuguesas e romanas: o Estado Novo estruturava-se pela Constituição de 1933, como estado corporativo, com um único partido político.

A proliferação de cópias do “pró-memória” por todo o país, bem como o uso de alguns excertos em meios de comunicação clandestinos (*Avante*, *Rádio Portugal Livre*, *Rádio Voz da Liberdade*) e jornais ligados à oposição no exílio, como o *Portugal Democrático* (Brasil), o *Diário de Notícias* de New Bedford (Estados Unidos) ou a meios católicos progressistas (*Informations Catholiques Internationales*, *Catholic Herald*, *Catholic Times*), são a prova de

⁵ GOMES, António Ferreira: Pró-Memória (Carta a Salazar), Porto, Fundação Spes, p. 15. Disponível em: <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf>

que tanto os movimentos oposicionistas como Salazar avaliaram o potencial de risco representado pelo Bispo do Porto. A oposição pretendeu instrumentalizá-lo, utilizando frases de homilias em material de propaganda (Imagem 1) e colando-lhe uma imagem de militante que dificilmente encaixava no perfil progressista, mas conservador, de D. António Ferreira Gomes. Salazar decidiu eliminá-lo e, tendo demorado vários meses e empregado múltiplas diligências diplomáticas nesse sentido, acabou por consegui-lo no dia 24 de Julho de 1959, quando o Bispo sai do país, por “sugestão” do enviado do Vaticano, para só regressar volvidos dez anos.

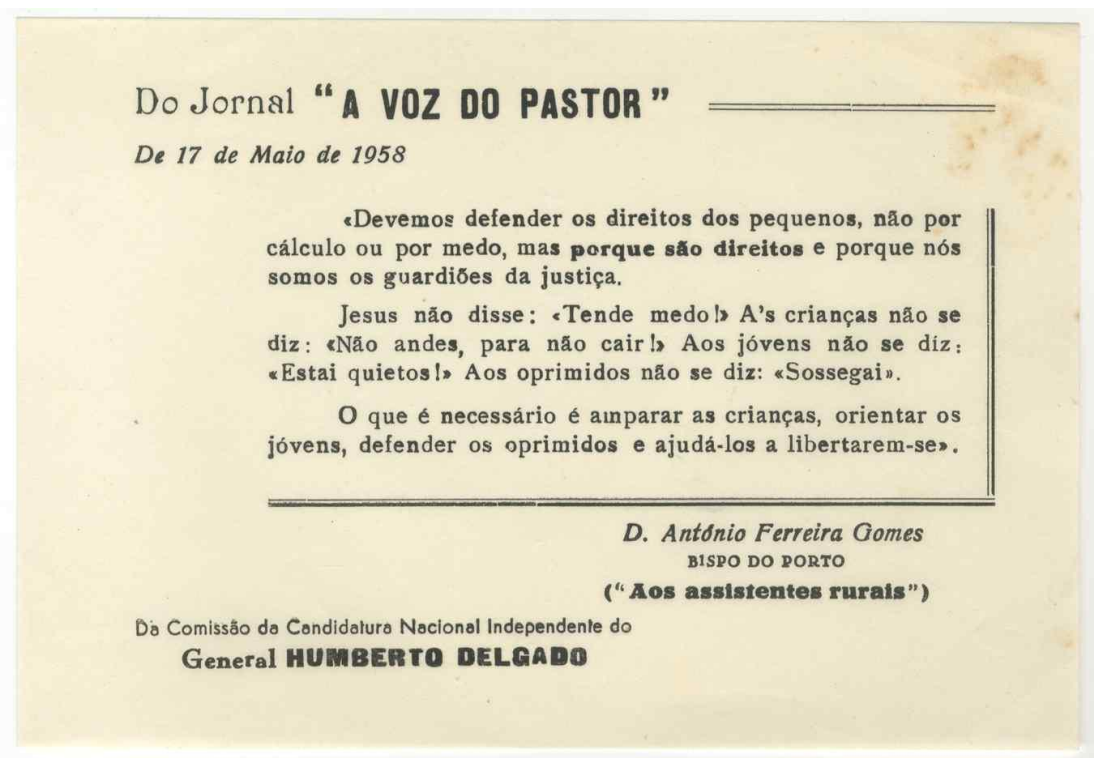


Imagem 1 - Folheto de propaganda da candidatura de Humberto Delgado, com excerto de uma homilia do Bispo do Porto. Fonte: Fundação Mário Soares (<http://casacomum.org>)

O regresso do bispo do Porto começa a ser noticiado por alguns jornais estrangeiros a partir de 1968, como o *Le Monde* e o *Observer*, sinal de que rumores nesse sentido circulavam no meio jornalístico e foram reforçados com a publicação, pelas agências noticiosas, da notícia sobre a audiência em Roma com o Papa Paulo VI, no dia 20 de Fevereiro de 1969. A informação foi censurada em Portugal mas, para os jornalistas mais atentos, ficou claro que algo se começara a mover. Raul Rego, na altura redactor do *Diário de Lisboa*, foi um dos que mais se envolveu (e também mais sofreu) com a história do Bispo. Tendo visitado D. António em Alba de Tormes no dia 1 de Maio de 1969, acompanhado pela mulher e por Mário Soares e a filha, escreveu

três artigos sobre essa viagem, talvez para tentar dispersar a atenção da censura: dois eram sobre a história e a beleza paisagística da região de Alma de Tormes e foram publicados. O terceiro, posto em prova de página no dia 10 de Maio de 1969 e intitulado "O caso do senhor bispo do Porto", foi cortado.⁶ Raul Rego reflecte sobre este episódio no seu *Diário Politico* (1974: 33):

No dia 20 [de Maio], no "Diário de Lisboa", saiu o retrato de D. António Ferreira Gomes na primeira página, e a notícia do seu regresso, e o resumo do seu caso. Duas colunas de prosa. Somente tal notícia foi cortada pela censura, após a saída do jornal... na última edição, já nem o retrato nem muitos pormenores da informação eram autorizados. Mas o facto é que a notícia, o retrato, foram uma bomba que rebentara as costuras à prisão censória. E tanto foi assim que jornais do Porto, "Diário Popular", "O Século" e outros, saíram no dia 21 e seguintes com fotografias e reportagens (...). A notícia estalara e não havia como trancá-la.

Um caso contado pelos arquivos e pelos jornais

Este artigo, parte de uma investigação mais vasta que se situa no campo dos media, analisa a produção jornalística sobre o "caso Bispo do Porto", cruzando-a com documentação de arquivo, designadamente os fundos documentais Arquivo Oliveira Salazar (AOS), Arquivo Marcelo Caetano (AMC), Arquivo PIDE/DGS e Arquivo do Secretariado Nacional da Informação (SNI).

Os arquivos pessoais de Salazar e Caetano são fundamentais para a contextualização e apuramento cronológico dos acontecimentos e, não menos importante, para entender a mundividência dos dois chefes de Governo sobre o caso. A afronta pública do Bispo do Porto foi central o suficiente para que Salazar organizasse um vasto processo documental, intitulado "Atitude de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, nas eleições presidenciais e no período post-eleitoral". Também Marcelo Caetano conservou correspondência trocada com o Bispo e com sacerdotes da diocese do Porto defensores do seu regresso a Portugal, que nos permite perceber os bastidores do regresso de D. António Ferreira Gomes e as expectativas que a subida ao poder de Caetano suscitara no sentido de uma abertura política, de que a vinda do Bispo do Porto seria um indício importante.

As vicissitudes da história custodial da documentação nem sempre são benéficas para a investigação. Isso revelou-se particularmente notório aquando da pesquisa de documentação no Arquivo do SNI relativamente à censura de que foram alvo os jornais portugueses ao tratarem deste caso. São poucas as provas de jornais submetidos à censura prévia, da responsabilidade da Direcção Geral dos Serviços de Censura, depositadas no Arquivo Nacional

⁶ PIDE, CI (1), Processo 3953.

da Torre do Tombo. À dispersão e fragmentação destes conjuntos documentais, essenciais ao esclarecimento das relações entre o poder e o campo jornalístico no Estado Novo, junta-se a quase ausência de circulares, normativas ou correspondência relativas aos procedimentos utilizados por este organismo na censura à imprensa, em geral, e muito particularmente no que foi instruído para o caso do Bispo do Porto.

Pela sua abrangência temporal (1958-1974) e pelo que contam, mas também pelos obstáculos com que a investigação em torno da insuficiência dos acervos da Direcção dos Serviços Censura se deparou, voltámos o nosso olhar para os processos elaborados pela polícia política do regime sobre D. António. No total são quatro processos, dois pertencentes aos Serviços Centras da PIDE/DGS, um emanado da Delegação de Coimbra e outro proveniente da Delegação do Porto. Estes processos, intactos no seu conteúdo, contextualizadores, rigorosos no escrutínio de todos os passos dados pelo Bispo e de quem o defendia ou lhe era próximo – só possível pela teia de informadores existente e pelo recurso sistemático à devassa da correspondência privada –, ofereciam-nos uma vantagem adicional. Neles consta uma exaustiva colecção de recortes de imprensa nacional, estrangeira e clandestina. Neste cuidado arquivo noticioso da PIDE está a visão do caso por parte de quem tem na posse todos os dados e, por defeito, a informação desconhecida do comum dos cidadãos, que teria inevitavelmente uma visão truncada, parcial e controlada da “história”.

A partir dos recortes de imprensa incluídos nos quatro processos do Bispo na PIDE, bem como dos artigos jornalísticos referenciados em correspondência, fizemos um levantamento da imprensa que abordou o “caso” entre 1958-1974, complementado com a consulta de fontes hemerográficas. Ensaámos uma primeira abordagem, de natureza quantitativa, às 252 peças jornalísticas que recenseámos, que permitisse apurar: o número de artigos publicados, comparando a imprensa portuguesa com a estrangeira, a distribuição das peças jornalísticas por país de publicação, as cidades portuguesas de implantação da imprensa mais activas na cobertura noticiosa, e quais os títulos de imprensa que mais publicaram sobre o caso do Bispo do Porto. Apresentamos alguns resultados em seguida.

Tendências da cobertura noticiosa

O “caso Bispo do Porto” começa a ser noticiado em Setembro de 1958, na sequência da publicitação do “pró-memória” pela imprensa brasileira (*O Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*). Em Portugal, é *A Voz*, diário católico e monárquico muito conservador que, numa ofensiva contra o Bispo e a sua carta, inaugura a mediatização do caso. O primeiro pico mediático ocorre em 1959 (44 peças noticiosas), com o exílio anunciado de D. António Ferreira Gomes, efectivado em Julho. Este fôlego noticioso é repartido pela imprensa nacional e estrangeira, mas com a saída do prelado a informação dada pelos jornais portugueses é residual e incompleta. O curso do caso é interrompido na imprensa, sem que as

palavras “ausência”, “saída” ou “exílio” jamais sejam pronunciadas, à excepção do que é veiculado pela imprensa clandestina. Em 1960 a imprensa estrangeira mantém-se atenta e segue os passos de D. António fora de Portugal, mas em 1961, e até 1967, este é um assunto invisível, tanto do ponto de vista nacional como internacional.

Depois de um longo silêncio, em 1967 é feita uma referência ao Bispo no *Diário da Manhã*, dando conta da presença de D. António Ferreira Gomes na sagração do Bispo de Nampula em Roma. Mas são os jornais internacionais que, a partir de 1968, reintroduzem o caso na paisagem mediática, especulando sobre o regresso do bispo a Portugal, no contexto da ascensão ao poder de Caetano. É o caso do *Observer*, com o elucidativo título “Exile bishop may return to Portugal”, de dois jornais das comunidades portuguesas no estrangeiro (o *Luso Canadiano*, em Montreal, e o *Portugal Democrático*, em São Paulo) e, já em 1969, do *Le Monde*, que fazem sucessivos anúncios do retorno do Bispo do exílio.

A imprensa portuguesa, contrariamente aos jornais estrangeiros, não dá quaisquer ecos do fim do exílio de D. António. O caso só ressurge nas páginas dos jornais portugueses no momento em que é consumado o regresso do Bispo do Porto a Portugal, com *A Capital* a tomar a dianteira no dia 19 de Maio, seguida pela maioria dos jornais diários no dia 20 (*Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *O Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*, *O Século*, *Novidades*). A palavra “regresso” surge agora nas primeiras páginas dos jornais portugueses, sem que alguma vez a saída imposta do bispo tenha sido divulgada. Não admira que a maior parte dos artigos (70) se situe no ano de 1969 (o regresso). O volume noticioso sofre, depois de 1969, um decréscimo progressivo, atingindo valores ínfimos em 1971. No entanto, D. António Ferreira Gomes é uma personalidade que não sai da agenda mediática uma vez regressado a Portugal. Ele continuará a ser presença nos jornais, nomeadamente em Janeiro de 1974, devido à homília do Dia da Paz que, indirectamente, remete para a contestação à guerra colonial (Gráfico 1).

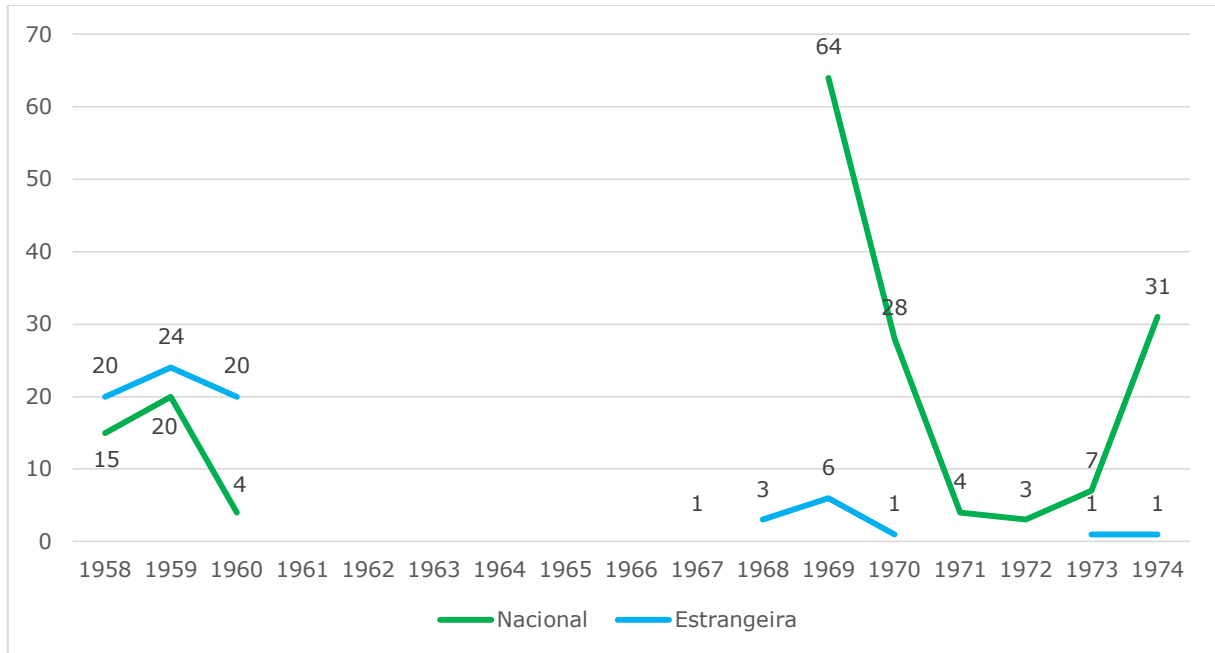


Gráfico 1 – Número de artigos publicados na imprensa nacional e estrangeira

Na divulgação deste caso, além do protagonismo da imprensa portuguesa, o Brasil teve um papel relevante (Gráfico 2). Em parte devido às publicações do *Portugal Democrático*, jornal da oposição fundado por portugueses exilados em São Paulo, mas essencialmente devido ao destaque que a imprensa brasileira (*Diário de Notícias*, *Última Hora* ou *O Estado de São Paulo*) conferiu ao incómodo político e ao embaraço religioso que o bispo do Porto provocou. Também a imprensa francesa se destacou, sobretudo a cobertura feita pelo *Le Monde*.

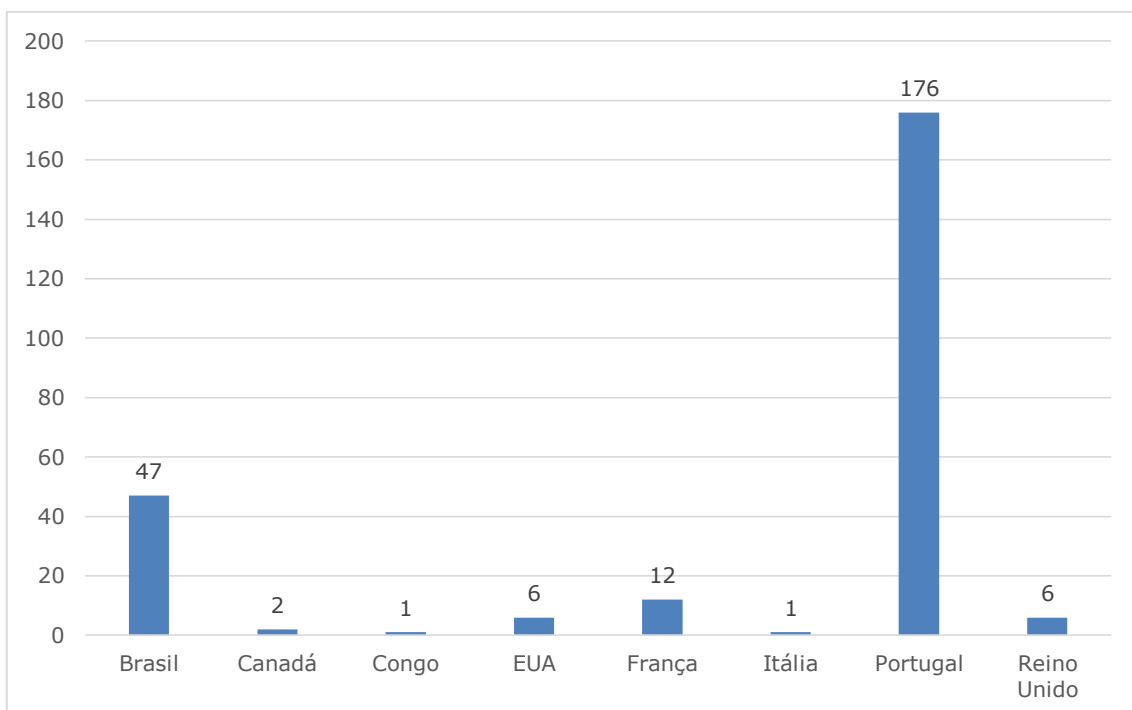


Gráfico 2 – Distribuição dos artigos por país de publicação

Em Portugal, o “caso Bispo do Porto” revelou-se, essencialmente, um assunto dos jornais das duas grandes cidades do país, com Lisboa a liderar a cobertura noticiosa (108 artigos), seguida da imprensa com implantação no Porto (48 artigos), geograficamente mais próxima do Bispo e da sua diocese (Gráfico 3).

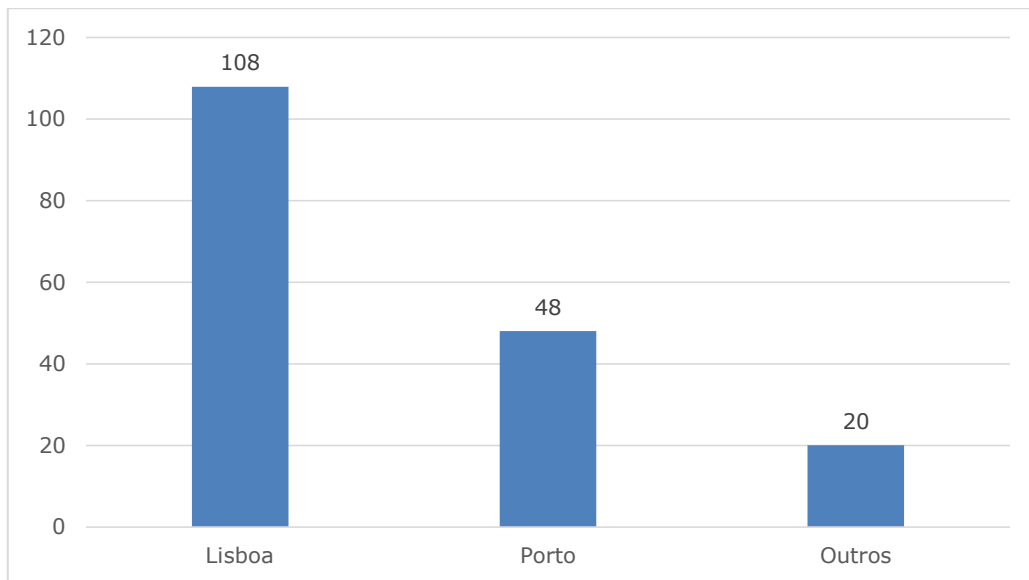


Gráfico 3 – Distribuição por cidades em Portugal

Considerados apenas os jornais de Lisboa e Porto, são o *Diário de Lisboa* e *A Capital* que mais noticiam este caso. Em terceiro lugar está *A Voz*, que assumiu a liderança na campanha contra o Bispo aquando da polémica do “pró-memória”. *O Comércio do Porto* e *o Jornal de Notícias* têm um especial papel após o regresso de D. António Ferreira Gomes. O enraizamento destes jornais no Norte do país, e em especial na cidade do Porto, ditam uma proximidade física em relação ao Bispo que, jornalisticamente, é aproveitada. Segue-se, ainda na cidade do Porto, *O Primeiro de Janeiro* e, em Lisboa, *O Diário Popular* e *O Século* (Gráfico 4).

Entre os jornais de grande tiragem merecem destaque o *República* e o *Diário de Notícias* pela indiferença jornalística com que trataram o regresso do Bispo a Portugal e a subsequente entrada na diocese do Porto. Por razões ideológicas contrárias, e contrastando com os outros diários que transportam estes acontecimentos para as primeiras páginas, o oficioso *Diário de Notícias* e o republicano e laico *República* vão dissolvê-los no interior, em notícias breves. No caso do *Diário de Notícias* nem sequer o regresso do bispo ao país, depois de uma década de exílio, é noticiado. Da chegada do prelado a Portugal, que os outros jornais anunciam a 20 de Junho, os leitores do *Diário de Notícias* só saberão quando D. António, resolvidos os impasses oficiais, chega ao Paço do Porto. Ou seja, quinze dias depois.

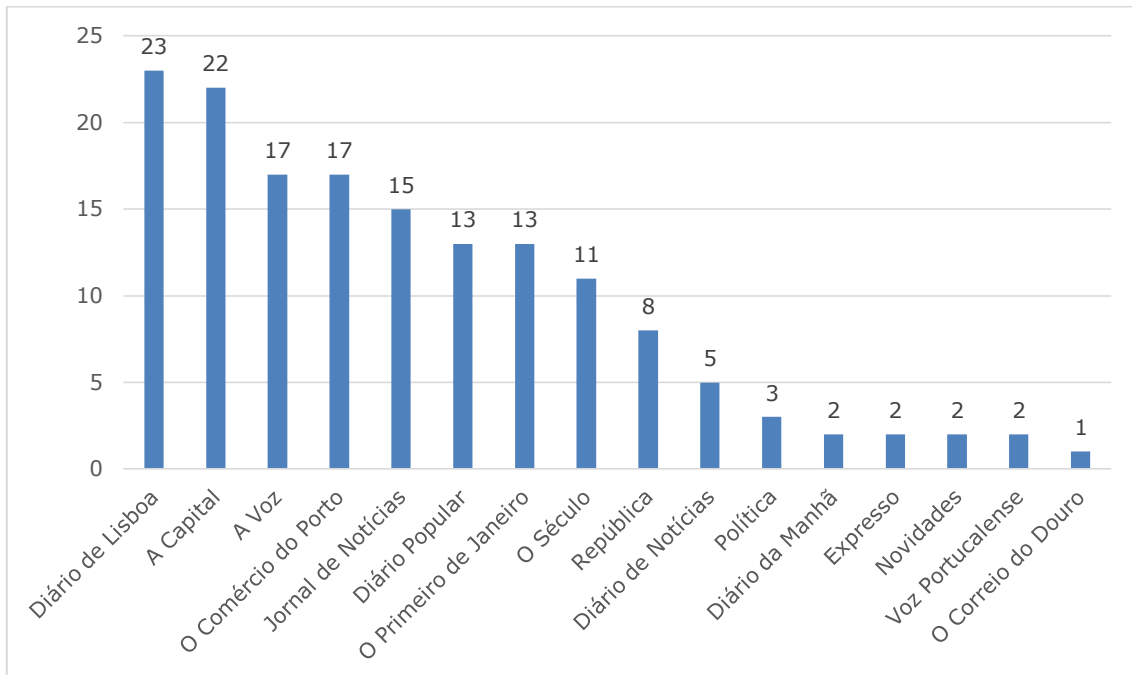


Gráfico 4 – Distribuição dos artigos por títulos (Lisboa e Porto)

Nota final: Transformações na imprensa em tempo de ditadura

A análise de imprensa feita ao caso do bispo do Porto demonstra como o campo jornalístico se moveu ao longo dos dez anos que este processo atravessa. O final da década de 60 do século XX coincide com uma série de transformações na paisagem humana e política das redacções (Correia, Baptista, 2007) com reflexos numa cobertura mais audaz e interventiva. O movimento de profissionalização, rejuvenescimento e crescimento que o sector dos jornais vive neste período reforçou o poder e a autonomia dos jornalistas, mesmo se permaneciam praticamente intactas as peias impostas pela censura. A ida dos jornalistas para Fátima, na “espera” do bispo, bem como as múltiplas reportagens e entrevistas que o transformaram numa personagem mediática, representou um desafio inédito às restrições que os censores mantinham sobre as notícias relativas ao prelado. É também ilustrativo da força que o jornalismo pode ter num contexto de rarefacção e controle de informação já que, como bem notou Raul Rego, uma vez publicadas

, as notícias sobre D. António Ferreira Gomes tornaram-se “uma bomba”.

Bibliografia

Fontes de Arquivo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Marcelo Caetano (AMC)

Arquivo Oliveira Salazar (AOS)
Arquivo PIDE/DGS
Arquivo SNI – Direcção Geral dos Serviços de Censura

Fundação Mário Soares
Projecto Arquivístico Casa Comum. <http://casacomum.org>

Publicações Periódicas

A Capital
A Voz
Diário de Lisboa
Diário de Notícias
Diário Popular
Jornal de Notícias
O Comércio do Porto
O Primeiro de Janeiro
O Século
República

Referências Bibliográficas

- BARRETO, José (2000): O caso do Bispo do Porto em arquivos do Estado – notas de uma investigação em curso. *Profecia e Liberdade em D. António Ferreira Gomes – Actas do Simpósio*, [Lisboa], Ajuda à Igreja que Sofre: 119–145.
- BARRETO, José (2003): *Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo*. [https://www.academia.edu/6804362/Oposiçã e resistência de católicos ao Estado Novo](https://www.academia.edu/6804362/Oposiç%C3%A3o_e_resist%C3%ancia_de_cat%C3%B3licos_ao_Estado_Novo) (13/11/2016).
- BARRETO, José (2013): *O deputado absentista – Salazar e o parlamento em 1921*. [https://www.academia.edu/10375312/O deputado absentista Salazar e o parlamento em 1921](https://www.academia.edu/10375312/O_deputado_absentista_Salazar_e_o_parlamento_em_1921) (13/11/2016).
- CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla (2007): *Jornalistas – do ofício à profissão*, Lisboa, Caminho.
- CRUZ, Manuel Braga da (1998): *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio.
- FERREIRA, Manuel de Pinho (2004): *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*, Porto, Universidade Católica Portuguesa/Fundação Spes.
- GOMES, António Ferreira: *Pró-Memória (Carta a Salazar)*, Porto, Fundação Spes. <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf> (13/11/2016).

MAFRA, Luís de Azevedo (1997): *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira – um testemunho*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.

MATOS, Luís Salgado de (1999): A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959). *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 150: 29–90.

REGO, Raul (1974): *Diário Político*, Lisboa, Arcádia.

REVEZ, Jorge (2009): *Os "Vencidos do Catolicismo": militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/7212> (13/11/2016).

ROSAS, Fernando (2012): *Salazar e o poder – a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-china.

SIMPSON, Duncan (2014): *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70.